



**Ministério Público do Estado da Paraíba**  
**XIII Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto**

**Instruções Gerais**

- O candidato receberá do fiscal:
  - ✓ Um **Caderno de Questões**, que contém 100 (cem) questões de múltipla escolha, cada uma comportando apenas 01 (uma) resposta correta que deverá ser assinalada no cartão de respostas personalizado.
  - ✓ Um **Cartão de Respostas**.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no **Caderno de Questões**, se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de **04 (quatro) horas** para fazer a Prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Este tempo inclui a marcação do **Cartão de Respostas**.
- Somente após meia hora do início da prova, o Candidato receberá o seu **Cartão de Respostas** e somente após 60 minutos do início da prova poderá entregar o **Cartão de Respostas** e retirar-se da sala.
- Após o término de sua prova, deverão ser entregues ao fiscal o **Caderno de Questões e o Cartão de Respostas** devidamente **assinados**.
- Os 03 (três) últimos Candidatos de cada sala só poderão ser liberados conjuntamente.
- O candidato em **HIPÓTESE ALGUMA, LEVARÁ O CADERNO DE QUESTÕES**; apenas poderá anotar, para a finalidade de futura conferência, suas opções de respostas no canhoto que será entregue pelo fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- **O Cartão de Respostas NÃO** pode ser **dobrado, amassado, rasurado, manchado** ou **conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas**.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **Cartão de Respostas** é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

**RESPOSTA DE 01 A 100**

01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- Advertem-se os candidatos de que, conforme previsão editalícia, cada grupo de 2 (duas) respostas erradas implicará, no cômputo geral, progressivamente a eliminação de 1 (uma) resposta correta, não consideradas para este fim as respostas em branco.
- **Atenção:** Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas** pela leitora ótica.

Nome: \_\_\_\_\_

Número de Inscrição: \_\_\_\_\_



---

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1. É correto afirmar, exceto:**

- A) A restrição a direitos, inclusive políticos, por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política somente se legitima, quando há, cumulativamente, objeção de consciência oposta perante obrigação geral estabelecida por lei e recusa de cumprimento de prestação alternativa legalmente prevista.
- B) Ao livre exercício dos cultos religiosos, a Constituição opõe restrições específicas e expressas.
- C) À entidade estatal que editou certa lei não é legítimo invocar a garantia contra a sua retroatividade.
- D) Compreendem-se no dever constitucional do Estado com a educação, entre outras, as garantias de oferta gratuita de educação básica a adultos e de educação infantil às crianças até cinco anos de idade.
- E) O direito à indenização decorrente de desapropriação indireta tem o mesmo fundamento jurídico-normativo da garantia constitucional da justa indenização nos casos de desapropriação regular.

**2. Sobre o controle jurisdicional de constitucionalidade das leis, considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, analise as proposições imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

- I . Não pode órgão fracionário de tribunal declarar a inconstitucionalidade de lei, mas pode, de modo fundamentado, afastar-lhe a incidência ao caso concreto.
- II . A ordem jurídica vigente não contempla hipótese de controle concentrado de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal sobre lei ou ato normativo municipal em face da Constituição da República.
- III . O direito infraconstitucional anterior à Constituição é insuscetível a processo de controle normativo objetivo por parte do Supremo Tribunal Federal.

- A) Apenas II e III são erradas.
- B) Apenas I e III são corretas.
- C) Apenas II é correta.
- D) I, II e III são erradas.
- E) Apenas I é errada.

**3. Dentre as proposições seguintes, assinale aquela que exprime o entendimento mais consentâneo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal:**

- A) A proteção dos direitos fundamentais não desconsidera o princípio da supremacia da constituição, de arte tal que a norma convencional internacional sobre direitos humanos não tem aptidão para afetar a eficácia ou a aplicabilidade da norma constitucional interna.
- B) Em matéria de proteção dos direitos fundamentais, o princípio da supremacia interna da constituição deve ceder perante norma convencional internacional, desde que o objeto de proteção diga respeito a direitos fundamentais de primeira dimensão.
- C) Sem prejuízo da supremacia da Constituição sobre os tratados e convenções internacionais, a norma convencional internacional em vigor e aplicável no Brasil e que disponha acerca de direitos humanos, não tendo sido objeto de processo legislativo que a equiparasse a emenda constitucional, tem força jurídico-normativa



suficiente para restringir a eficácia e indiretamente obstar a aplicabilidade da norma constitucional paradigma.

- D) A norma convencional internacional de direitos humanos, desde que posterior, e mesmo não submetida a processo legislativo que a equiparasse a emenda constitucional, prevalece em relação à norma constitucional interna, tendo-se em vista a indistinta hierarquia normativa.
- E) A norma convencional internacional de direitos humanos prevalecerá em relação à norma constitucional interna, tendo em vista o seu caráter supraconstitucional.

**4. Analise as proposições imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I . De acordo com a jurisprudência dominante do Tribunal Superior Eleitoral, a absolvição criminal imprópria transitada em julgado, com aplicação de medida de segurança a indivíduo inimputável, ainda que não reconhecida formalmente a respectiva incapacidade civil absoluta, é só por si causa apta para a suspensão dos direitos políticos.

II . Segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, a suspensão dos direitos políticos, enquanto efeito da condenação criminal transitada em julgado, persiste mesmo no curso do período de prova da suspensão condicional da pena (*sursis*).

III . Com fundamento no princípio da proporcionalidade, é da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal o entendimento segundo o qual a suspensão dos direitos políticos em razão de condenação criminal transitada em julgado não se legitima perante hipóteses como as de não aplicação de pena privativa de liberdade, crime culposo e infrações penais de menor potencial ofensivo.

- A) Apenas I e III são erradas.  
B) Apenas III é errada.  
C) Apenas I é errada.  
D) Apenas I é correta.  
E) I, II e III são corretas.

**5. Sobre o controle jurisdicional da constitucionalidade das leis, considere as asserções imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I . São insuscetíveis de ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal disposições normativas de regimentos internos de tribunal de justiça e de assembleia legislativa estaduais.

II . Ao contrário dos demais órgãos jurisdicionais, que, no controle difuso, só podem declarar a inconstitucionalidade *incidenter tantum* de norma que devesse ser aplicada à hipótese concreta de julgamento, ao Supremo Tribunal Federal, conforme sua jurisprudência dominante, é possível, quando apreciada a inconstitucionalidade em sede de controle difuso, emitir juízo quanto à validade ou invalidade da norma, ainda que a aplicação ou não desta se mostre dispensável à solução concreta da controvérsia.

III . Podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade o decreto legislativo do Congresso Nacional que aprova tratado internacional, como também o decreto do Presidente da República que o promulga.

- A) Apenas II e III são corretas.  
B) Apenas I e II são corretas.  
C) Apenas II e III são erradas.



- D) I, II e III são erradas.  
E) Apenas III é correta.

**6. Pode-se afirmar: *Ao nascido no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira,...***

I . ...mesmo não tendo sido registrado em repartição brasileira competente, mas vindo a residir no Brasil, reconhece-se a qualidade de brasileiro nato, entretanto sob condição suspensiva, a dependerem os respectivos efeitos da opção pela nacionalidade brasileira, exercitável, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade.

II . ...tendo sido registrado em repartição brasileira competente, ainda que não venha jamais a residir no Brasil, reconhece-se a qualidade de brasileiro nato, não condicionado à opção pela nacionalidade brasileira.

III . ...estando qualquer deles a serviço de entidade da Administração Pública brasileira de qualquer ente federado, inclusive da administração indireta, reconhece-se a qualidade de brasileiro nato, não condicionado à opção pela nacionalidade.

**Ë Dentre as proposições acima,**

- A) Apenas I e III são corretas.  
B) Apenas II é correta.  
C) Apenas III é correta.  
D) Apenas I é correta.  
E) I, II e III são corretas.

**7. Sobre as comissões parlamentares de inquérito (CPIs), considere as asserções imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I . De acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, a cláusula constitucional de equivalência com os poderes instrutórios das autoridades judiciais não tem a extensão de legitimar as possibilidades de busca e apreensão domiciliar e de quebra do sigilo telefônico ordenadas por CPI.

II . As CPIs serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante o requerimento de, pelo menos, um terço de seus membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva Casa.

III . De acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, interpretando o requisito normativo-constitucional de fato determinado, não se admite a ampliação do objeto da investigação durante o curso dos trabalhos da CPI.

- A) Apenas I e II são erradas.  
B) Apenas I e III são erradas.  
C) I, II e III são erradas.  
D) Apenas II e III são corretas.  
E) Apenas I é correta.

**8. Suponha que norma de regimento interno de certo Tribunal de Justiça estadual faculte ao Desembargador-relator, em processos de mandado de segurança e *habeas corpus*, que, quando da remessa dos autos com vista ao Ministério Público, extraia cópias autênticas e com elas forme autos paralelos, como meio de se viabilizar o julgamento do feito, na hipótese em que, findo o prazo legal para a emissão de parecer, não tenham sido os autos originais**



**devolvidos pelo *Parquet*. No que concerne à compatibilidade de tal norma com a Constituição da República, dentre as proposições abaixo, é correto afirmar:**

- A) Há apenas inconstitucionalidade formal, por se tratar de matéria de natureza processual, de competência legislativa reservada à União e não compreendida entre aquelas que podem ser disciplinadas por regimento interno de tribunal.
- B) Supera-se a hipótese de vício de inconstitucionalidade formal, porque a norma questionada define procedimento, não inovando, frente ao Direito federal, em matéria processual. Há, contudo, inconstitucionalidade material, porque se erige obstáculo à manifestação obrigatória do Ministério Público, enquanto função essencial à jurisdição e de defesa da ordem jurídica.
- C) A norma questionada é compatível com a Constituição Federal, porque, sem inconstitucionalidade de ordem formal, a regulação que veicula enquadra-se estritamente como tema reservado aos regimentos dos tribunais, não implicando qualquer inovação, frente ao Direito federal, em matéria processual. Tampouco há vício de inconstitucionalidade quanto ao aspecto material, porque se preserva a possibilidade de manifestação do Ministério Público, que não deixará de ser intimado nos casos de intervenção obrigatória.
- D) A norma padece, simultaneamente, de inconstitucionalidades formal e material. Formal, porque trata de matéria de natureza processual, de competência legislativa reservada à União e não compreendida entre aquelas que poderiam ser disciplinadas por regimento interno de tribunal; e material, porque opõe obstáculo à manifestação obrigatória do Ministério Público, enquanto função essencial à jurisdição e de defesa da ordem jurídica.
- E) A norma questionada é compatível com a Constituição Federal, porque, não obstante avance sobre matéria processual, compatibiliza-se com o caráter concorrente da competência atribuída à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para a disciplina normativa do Direito processual.

**9. É correto afirmar:**

- A) Ao Supremo Tribunal Federal compete dirimir conflitos de competência entre juiz estadual e juiz do trabalho.
- B) Compete ao Tribunal de Justiça estadual dirimir conflitos de competência entre turma recursal de juizados especiais e câmara cível do Tribunal de Justiça, quando se tratar de órgãos do mesmo Estado.
- C) O julgamento do recurso ordinário em mandado de segurança decidido em instância originária pelo Tribunal Superior Eleitoral, salvo se tiver sido denegada a ordem, compete ao Supremo Tribunal Federal.
- D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça dirimir conflitos de atribuições entre órgão de Ministério Público dos Estados e órgão do Ministério Público Federal.
- E) Compete à turma recursal de juizados especiais o julgamento de mandado de segurança contra ato judicial da própria turma recursal.

**10. É correto afirmar:**

- A) De acordo com a Constituição, a pesquisa científica básica voltar-se-á prioritariamente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.
- B) É compatível com a Constituição a previsão normativa que permita a transferência, para instituição pública ou privada de ensino superior sediada no local do novo domicílio, do estudante de instituição privada, o qual, sendo servidor público (ou seu dependente), haja sido removido *ex officio*.



- C) A garantia constitucional de sigilo das diversas modalidades técnicas de comunicação, considerando que tem o seu alcance limitado ao resguardo das esferas da intimidade ou da privacidade dos interlocutores, depende do conteúdo da mensagem ou dos dados transmitidos.
- D) Por disposição constitucional transitória, ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, os quais, sem embargo de não terem atendido aos requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado, tenham sido instrumentalizados por lei publicada até o final do ano de 2006.
- E) São meios constitucionais de tutela do patrimônio cultural brasileiro inventários, tombamento, desapropriação, registros e vigilância.

**11. É correto afirmar, exceto:**

- A) O subsídio dos vereadores sujeita-se aos limites percentuais máximos fixados pela Constituição em relação ao subsídio dos deputados estaduais, mas também não poderá superar o subsídio do prefeito.
- B) O subsídio dos vereadores será fixado, em cada legislatura para a subsequente, por ato da Câmara Municipal, o qual não depende de sanção pelo Prefeito.
- C) Sob a égide da Constituição Federal, os vereadores não gozam de imunidades formais, considerando-se inconstitucional qualquer disposição normativa constante de constituição do Estado-membro ou de lei orgânica municipal que lhes atribua qualquer prerrogativa processual em razão do cargo parlamentar.
- D) As imunidades parlamentares concedidas aos deputados estaduais restringem-se à Justiça do respectivo Estado-membro, somente vinculando órgãos jurisdicionais da União, em fase recursal, quando o respectivo processo tiver sido iniciado perante a Justiça do Estado.
- E) Aos deputados estaduais aplicam-se, sem restrições, as normas constitucionais sobre sistema eleitoral, remuneração e inviolabilidade que incidem em relação aos integrantes do Congresso Nacional.

**12. Considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, analise as proposições imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I . A lei ordinária que verse sobre matéria reservada a lei complementar é inconstitucional, mas, em hipótese oposta, dispondo sobre assunto que não seja próprio de lei complementar, ainda que com esta conflite, não padece de vício de inconstitucionalidade e, se posterior, prevalecerá em relação a ela.

II . O ato processual de oferecimento de denúncia, praticado pelo promotor de justiça perante o juízo junto ao qual exerce suas funções, prescinde, para ser válido e eficaz, na hipótese em que vier a ser declarada a incompetência relativa daquele juízo, de expressa ratificação pelo promotor, de mesmo grau funcional e integrante do mesmo Ministério Público, com atuação junto ao órgão jurisdicional competente.

III . A iniciativa popular de lei, que poderá ser exercida perante a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, é instrumento da soberania popular.

- A) Apenas II e III são corretas.
- B) Apenas II é errada.
- C) Apenas I e II são corretas.
- D) Apenas I é correta.
- E) I, II e III são corretas.



**DIREITO PENAL**

**13. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - No caso de ação penal privada, por medida de política criminal, há uma transferência do *ius puniendi* do Estado ao querelante, permitindo-se-lhe o direito de pleitear em Juízo a acusação de seu suposto agressor.

II - Na concepção garantista defendida por Luigi Ferrajoli, os direitos fundamentais adquirem *status* de intangibilidade, estabelecendo um núcleo inegociável, denominado esfera do não-decidível, cujo sacrifício só é legitimado sob a justificativa da manutenção do bem comum.

III - O *ius puniendi* do Estado pode ser exercido tanto pelo Poder Judiciário quanto pelo Poder Legislativo.

IV - A teoria da coculpabilidade ingressa no mundo do Direito Penal para apontar e evidenciar a parcela de responsabilidade que deve ser atribuída à sociedade quando da prática de determinadas infrações penais pelos seus supostos cidadãos.

- A) Apenas I e II estão erradas.
- B) Apenas I e IV estão corretas.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas a III está errada.
- E) Todas as proposições estão corretas.

**14. Analise as assertivas abaixo, assinalando, sucessivamente, a alternativa que contém o devido julgamento sobre elas:**

I - No dolo direto de primeiro grau ou imediato, o resultado típico é uma consequência necessária dos meios eleitos, que devem ser abrangidos pela vontade tanto quanto o fim colimado, razão pela qual é doutrinariamente reconhecido como dolo de consequências necessárias.

II - As normas penais em branco são aquelas em que há uma necessidade de complementação para que se possa compreender o âmbito de aplicação de seu preceito secundário.

III - A Exposição de Motivos do Código Penal é considerada pela Doutrina como uma das formas de interpretação autêntica e contextual da lei penal.

IV - A Doutrina denomina de normas penais em branco heterogêneas, próprias ou *stricto sensu*, aquelas cujos complementos provêm de fonte legislativa diversa da que editou a norma que necessita ser complementada, ilustrando, como exemplo, o crime de conhecimento prévio de impedimento, posto que os impedimentos matrimoniais são definidos por meio de diploma legal distinto, qual seja o Código Civil.

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) Apenas a assertiva II está errada.
- C) Apenas as assertivas I e III estão erradas.
- D) Apenas a assertiva IV está errada.
- E) Todas as assertivas estão erradas.

**15. Considere as assertivas abaixo, assinalando a alternativa que contém sobre elas o devido julgamento:**

I - O erro que versa sobre causa pessoal de exclusão de pena, se invencível, exclui o dolo, ensejando a responsabilização do agente a título de culpa, se houver previsão legal.



II - O princípio da irretroatividade da *novatio legis in pejus* impede que esta seja aplicada ao crime permanente, mesmo quando sua vigência seja anterior à cessação da permanência.

III - Com a edição da Lei nº 9.268/96, que passou a considerar a pena de multa como dívida de valor, aplicando-se-lhe as normas da legislação relativa à dívida ativa da Fazenda Pública e, ainda, impedindo a sua conversão em pena privativa de liberdade, tornou-se possível a cobrança do valor correspondente à pena de multa, em caso de morte do condenado, aos seus herdeiros, até o limite das forças de sua herança.

IV - Para os adeptos da teoria dos elementos negativos do tipo, se o agente agir em estado de necessidade, deixará de existir o próprio fato típico.

- A) Todas as assertivas são falsas.
- B) Somente a assertiva IV é verdadeira.
- C) Nenhuma das assertivas é falsa.
- D) Somente a assertiva I é verdadeira.
- E) Somente a assertiva III é falsa.

**16. Analise as proposições abaixo, assinalando a alternativa que contém o correto julgamento acerca delas:**

I - Ocorre crime falho quando o agente é interrompido durante a prática dos atos de execução, sem que tenha esgotado tudo aquilo que entendia necessário à consumação do crime.

II - No Estado Democrático de Direito, sob o aspecto da proteção penal, não há nenhuma preponderância do bem jurídico transindividual, de titularidade de caráter não pessoal, de massa ou universal, sobre o individual, de titularidade do particular que o controla e dele dispõe conforme sua vontade.

III - O crime de evasão mediante violência contra a pessoa traduz hipótese de crime de empreendimento.

IV - Não se admite a aplicação do arrependimento posterior no crime de furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo, em razão da violência empregada pelo agente na subtração.

- A) Apenas as proposições I e IV estão erradas.
- B) Apenas a proposição I está errada.
- C) Apenas as proposições II e III estão erradas.
- D) Todas as proposições estão erradas.
- E) Nenhuma das proposições está errada.

**17. Analise as assertivas abaixo, assinalando, em seguida, a alternativa que sobre elas contenha o correto julgamento:**

I - O crime de apropriação de coisa achada é exemplo do que a Doutrina denomina de crime a prazo.

II - Os crimes condicionados não admitem tentativa.

III - Crimes vagos são aqueles que não possuem objeto material determinado.

IV - A ameaça praticada verbalmente constitui hipótese de crime não transeunte.

- A) Todas as assertivas estão erradas.
- B) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- C) Nenhuma das assertivas está errada.
- D) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- E) Apenas a assertiva III está errada.





**18. Considere as assertivas abaixo, assinalando a alternativa que contenha sobre elas o devido julgamento:**

I . As doutrinariamente denominadas normas preceptivas estão relacionadas aos crimes omissivos, abrangendo tanto as normas mandamentais, em caso de omissões próprias, quanto as normas proibitivas, na hipótese de omissões impróprias.

II - O Estado, entendido como a própria Federação Brasileira, é a única fonte imediata de conhecimento do Direito Penal pátrio.

III . A atenuante referente à cooperação dolosamente distinta somente se aplica à modalidade de participação, não abrangendo os casos de autoria ou coautoria.

IV . O excesso exculpante, entendido como aquele decorrente de medo, surpresa ou perturbação de ânimo, é uma causa supralegal de exclusão da culpabilidade, estando expressamente prevista no Código Penal Militar Pátrio.

- A) Somente as assertivas II e III são falsas.
- B) Todas as assertivas são falsas.
- C) Nenhuma das assertivas é falsa.
- D) Somente as assertivas I e IV são falsas.
- E) Somente a assertiva I é falsa.

**19. São incorretas as seguintes afirmativas, exceto:**

- A) A multa não é a única pena pecuniária prevista no ordenamento jurídico-penal brasileiro.
- B) As entidades sociais públicas ou privadas, em razão de sua destinação social, têm prioridade no recebimento da prestação pecuniária fixada pelo juízo criminal.
- C) A decretação da perda de bens e valores, por ter natureza penal, não poderá ser estendida aos sucessores do condenado.
- D) Apenas no concurso de causas especiais de aumento ou de diminuição da pena, o juiz pode limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.
- E) Como efeito da condenação, a incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela, somente ocorrerá com a prática de crime doloso, punido com reclusão ou detenção, cometido contra filho, tutelado ou curatelado.

**20. Joana e Jasão, namorados, inconformados com o fato de suas famílias não admitirem o seu romance, resolvem fazer um pacto de morte, optando por fazê-lo por asfixia de gás carbônico. Combinam, então, que Jasão deve abrir o bico de gás, enquanto Joana se responsabiliza pela vedação total do compartimento por eles utilizado. A partir de tal caso empírico, analise as assertivas abaixo, assinalando, em seguida, a alternativa que sobre elas contém o devido julgamento:**

I . Se apenas Joana sobreviver, deverá responder pelo crime de homicídio qualificado consumado.

II . Se ambos sobreviverem, deverão responder por tentativa de homicídio.

III . Se apenas Jasão tivesse vedado o compartimento e aberto o bico de gás, responderia, na hipótese de sobrevivência de ambos, por tentativa de homicídio, e Joana, nesse caso, responderia unicamente por instigação a suicídio, desde que ocorresse lesão corporal grave do namorado.

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- C) Apenas as assertivas I e III estão corretas.



- D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.  
E) Não há assertiva correta.

**21. Assinale a alternativa correta:**

- A) Nos crimes contra a honra, se a vítima é maior de sessenta anos ou portadora de deficiência, a pena deve ser aumentada de um terço.  
B) O Código Penal Brasileiro admite a calúnia e a difamação contra os mortos, já que a ofensa feita a honra objetiva destes atinge, em verdade, sua memória, cuja proteção interessa sobremaneira aos seus parentes.  
C) A ocorrência de lesão corporal de natureza grave ou morte qualifica o delito de rixa, respondendo por ela, inclusive, a vítima da lesão grave.  
D) Assim como no sequestro e cárcere privado, no crime de redução à condição análoga à de escravo, o consentimento do ofendido, se válido e anterior ou, no mínimo, concomitante à ação delitiva, atua como causa excludente da ilicitude.  
E) Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, a ação penal é pública incondicionada.

**22. Analise as proposições abaixo, assinalando a alternativa que sobre elas contém o devido julgamento:**

I - Indiferente, para o aperfeiçoamento do crime de patrocínio infiel, que este seja exercido remunerada ou gratuitamente, ou que o advogado tenha sido contratado pela parte ou nomeado pelo juiz, podendo, inclusive, figurar como sujeito ativo o defensor público.

II - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a não fornecer a outrem matéria-prima, com o escopo de que esta encerre suas atividades, constitui crime de boicotagem violenta previsto no Código Penal.

III - O crime de duplicata simulada não admite tentativa e somente pode ser cometido dolosamente, prescindindo-se, para sua tipificação, da concreção do dano ou da obtenção da vantagem ilícita.

IV - O crime de fraude à execução, por aviltar a regular Administração da Justiça, é apurado mediante ação penal pública incondicionada.

- A) Todas as proposições estão incorretas.  
B) Nenhuma das proposições está incorreta.  
C) Estão incorretas somente as proposições I e II.  
D) Apenas a proposição I está incorreta.  
E) Estão corretas somente as proposições I, II e III.

**23. Estão corretas as proposições abaixo, exceto:**

- A) O crime de violação de sepultura é qualificado doutrinariamente como um crime vago.  
B) No lenocínio questuário, aplica-se ao sujeito ativo cumulativamente pena de multa.  
C) Se, durante um velório, vários indivíduos, por questões pessoais e ex improviso, iniciarem uma rixa, perturbando a cerimônia funerária, deverão responder pelo crime de impedimento ou perturbação de cerimônia funerária, aplicando-se-lhes a majorante decorrente do emprego de violência e sem prejuízo da pena a esta correspondente.  
D) O crime de inundação admite a responsabilização criminal do agente a título de dolo ou culpa.



E) Se o agente, pretendendo fraudar a execução, alienar, desviar, destruir ou danificar bens impenhoráveis, não poderá ser responsabilizado penalmente, já que seu comportamento se traduz em um indiferente penal.

**24. Sobre o Direito Penal Militar, analise as assertivas abaixo, assinalando, em seguida, a alternativa que sobre elas contenha o devido julgamento:**

I - Consideram-se crimes militares em tempo de paz os crimes previstos no Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

II - Se dois militares em serviço ativo juntamente com um militar inativo, ainda que não empregado regularmente na Administração Militar, ocuparem um quartel contrariamente à ordem superior, os três, em tese, estarão na prática do motim.

III - O Código Penal Militar prevê o delito de dano culposo.

IV - Consideram-se como extensão do território nacional aeronaves e navios brasileiros, sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, ainda que de propriedade privada, desde que se encontrem em mar territorial nacional ou no espaço aéreo correspondente.

- A) Apenas a assertiva IV é falsa.
- B) Todas as assertivas são falsas.
- C) Não há assertiva falsa.
- D) Apenas as assertivas I e III são falsas.
- E) Apenas as assertivas II e III são falsas.

#### DIREITO PROCESSUAL PENAL

**25. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - A análise sobre a legalidade ou ilegalidade de prisão de senador ou deputado federal em flagrante delito será do Congresso Nacional, pelo voto da maioria de seus membros, competindo-lhe ordenar eventual relaxamento.

II - As imunidades processuais penais conferidas aos senadores e deputados federais pela Carta da República são deferidas aos deputados estaduais, desde que simetricamente previstas na respectiva constituição estadual.

III - Haverá necessidade de prévia autorização do Supremo Tribunal Federal para instauração de inquérito policial contra senadores e deputados federais, autoridades sujeitas à jurisdição originária da Corte.

- A) Apenas a proposição I está correta.
- B) Apenas a proposição II está correta.
- C) Todas as proposições estão corretas.
- D) Apenas a proposição III está correta.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

**26. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - MANUEL, agente penitenciário federal, ao tentar invadir um quartel da polícia militar do Estado da Paraíba, causou ferimentos de natureza grave em um policial militar que fazia a vigilância do prédio. Nesse caso, mesmo considerando que o miliciano estava em serviço, a competência para o processamento e julgamento da ação penal será da Justiça Comum.



II - O juízo competente para processamento e julgamento do pedido de reabilitação criminal é o da execução penal, cabendo da decisão concessiva, recurso de ofício.

III - PEDRO, recolhido em estabelecimento prisional federal, ao prestar depoimento através de videoconferência, cometeu o crime de falso testemunho. Nesse caso, considerando que o delito é formal, a competência para o processo e julgamento da ação penal será o da comarca do lugar em que estava o depoente.

- A) Apenas a proposição II está correta.
- B) Apenas a proposição I está correta.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

**27. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha julgamento devido sobre elas:**

I - É incabível a concessão de liberdade provisória com fiança nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for igual ou superior a 2(dois) anos.

II - Fixado o valor da fiança, se assim recomendar a situação econômica do réu, poderá ser reduzido até o máximo de dois terços ou aumentada, pelo juiz, até o décuplo. Nos casos de prisão em flagrante pela prática de crime contra a economia popular ou de crime de sonegação fiscal, poderá ser reduzido em até nove décimos ou aumentada até o décuplo.

III - Será declarada quebrada a fiança quando reconhecida a existência de crime infiançável, no caso de inovação na classificação do delito.

- A) Apenas a proposição I está correta.
- B) Apenas a proposição II está correta.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

**28. Sobre a medida de interceptação de comunicações telefônicas, prevista na Lei Federal nº 9.296/96, considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - Deverá ser determinada pela autoridade judiciária com competência para a ação penal, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal, ou do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.

II - Será admitida a interceptação das comunicações telefônicas apenas quando houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal punida com pena de reclusão e a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.

III - O pedido de interceptação de comunicações telefônicas poderá ser formulado verbalmente, desde que estejam presentes os pressupostos que a autorizem, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo, devendo a autoridade judiciária sobre ela decidir no prazo de 24(vinte e quatro) horas.

- A) Apenas a proposição I está incorreta.
- B) Apenas a proposição II está incorreta.
- C) Apenas a proposição III está incorreta.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão incorretas.



**29. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - Comunicada da prática de um crime de furto, ocorrido em via pública, uma guarnição da polícia militar se dirigiu ao local, colhendo informações sobre o suspeito, e, ato contínuo, saiu em diligência, terminando por prender Antônio, ainda na posse dos objetos subtraídos, conduzindo-o para a Delegacia de Polícia. Neste caso, a ausência de testemunhas que tenham presenciado a prática da infração não constitui óbice à lavratura de auto de prisão em flagrante, dada a possibilidade de ser suprida por duas testemunhas fedatárias.

II - É nulo o exame de corpo de delito subscrito por apenas um perito, mesmo que oficial, sendo possível a renovação do ato caso permaneçam os vestígios da infração. Se desaparecidos, poderá ser suprido por prova testemunhal idônea.

III - A decisão absolutória, transitada em julgado, proferida na ação penal que reconhece ter sido o ato causador do dano praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular do direito, não tem eficácia preclusiva subordinante.

- A) Apenas a proposição I está correta.
- B) Apenas a proposição II está correta.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

**30. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - A proteção oferecida pelo programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, previsto na Lei Federal nº 9.807/99, terá a duração máxima de dois anos, podendo, em circunstâncias excepcionais, perdurando os motivos que autorizaram a admissão do beneficiado, a permanência ser prorrogada.

II - O réu que não for encontrado por estar em lugar inacessível, será citado do mesmo modo que aquele não encontrado em razão de estar em paradeiro desconhecido, ou seja, mediante edital, com prazo de 15(quinze) dias.

III - A hipoteca legal, que somente poderá ser decretada durante a tramitação da ação penal, exige certeza da infração e indícios suficientes de autoria, recaindo sobre bens imóveis lícitos pertencentes ao réu, sendo cancelada a especialização nos casos de absolvição e de extinção da punibilidade, por sentença transitada em julgado.

- A) Apenas a proposição I está correta.
- B) Apenas a proposição II está correta.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

**31. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contemple o julgamento correto sobre o posicionamento do juiz de direito no plenário do Tribunal do Júri:**

I - Formado o conselho de sentença, o juiz presidente procedeu a distribuição de cópias não apenas do relatório do processo, mas também da decisão de pronúncia. O defensor protestou contra a providência, alegando que a medida seria ilegal por se tratar esta última de peça meramente acusatória e, portanto, passível de comprometer a imparcialidade do júri. A autoridade judiciária não acatou o pleito.



II - A defesa solicitou a leitura em plenário de declarações prestadas por testemunhas durante a instrução criminal, no próprio juízo, tendo o juiz presidente negado o pedido sob a alegação de que somente poderiam ser lidas peças que se referissem, exclusivamente, às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis.

III - Durante sessão de julgamento, o representante do Ministério Público solicitou aparte ao defensor do acusado, que negou o pleito. Provocado pelo acusador, o juiz presidente interveio, conferindo-lhe o direito à manifestação pelo prazo de três minutos, a ser acrescentado no tempo do aparteado.

- A) Apenas os posicionamentos constantes dos itens I e II estão em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.
- B) Apenas os posicionamentos constantes dos itens I e III estão em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.
- C) Os posicionamentos constantes nos itens I, II e III estão em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.
- D) Apenas os posicionamentos constantes dos itens II e III estão em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.
- E) Os posicionamentos constantes dos itens I, II e III não estão em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.

**32. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - No caso de impronúncia, somente se admite a propositura de novo processo contra o réu no caso de surgirem provas formalmente novas, não bastando que sejam provas substancialmente novas.

II - Havendo aceitação pelas partes, o mesmo Conselho de Sentença poderá conhecer de mais de um processo, no mesmo dia, hipótese em que não haverá nova escolha de jurados, com aceitações ou recusas, mas simplesmente a prestação de novo compromisso.

III - A hipótese de semi-imputabilidade não comporta absolvição sumária, nem tampouco impronúncia, devendo ser o réu pronunciado normalmente, havendo prova da materialidade e indícios suficientes de autoria.

- A) Apenas a proposição II está incorreta.
- B) Apenas a proposição I está incorreta.
- C) Apenas a proposição III está incorreta.
- D) Todas as proposições estão incorretas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

**33. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - A carta testemunhável e os embargos declaratórios são recursos cujo juízo de admissibilidade é exercido apenas em um grau de jurisdição.

II - Não podem ser objeto dos embargos infringentes e de nulidade, os acórdãos proferidos no julgamento de ações penais originárias.

III - A não interposição de embargos infringentes e de nulidade, quando cabível, implica na inadmissibilidade dos recursos especial e/ou extraordinário.

- A) Apenas a proposição I está incorreta.
- B) Apenas a proposição II está incorreta.
- C) Apenas a proposição III está incorreta.



- D) Todas as proposições estão incorretas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

**34. À luz do direito processual penal militar, em nenhuma hipótese, o Conselho de Justiça poderá decidir sobre:**

- A) decretação de prisão preventiva.
- B) recebimento da denúncia.
- C) questões prejudiciais.
- D) concessão de liberdade provisória.
- E) determinação de medidas assecuratórias.

**35. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - Em razão de vedação constitucional de criação e instalação de novos Tribunais de Justiça Militares nos estados, a competência recursal para as causas penais militares é dos Tribunais de Justiça.

II - As ações judiciais contra atos disciplinares militares serão julgadas pelo Juiz de Direito do Juízo Militar, de forma monocrática.

III - Aos Conselhos de Justiça, Permanente ou Especial, competem o julgamento de policiais militares ou bombeiros militares por crimes militares cometidos contra militares, e, ainda, por crimes militares praticados em desfavor de civis, excetuados os delitos dolosos contra a vida, de competência do Tribunal do Júri.

- A) Apenas a proposição II está correta.
- B) Apenas a proposição I está correta.
- C) Apenas a proposição III está correta.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

**36. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - A concessão de anistia é atribuição do Congresso Nacional, sendo veiculada por lei federal, dirigindo-se a fatos e não a pessoas. Alcança e extingue, com efeito ex tunc, todas as consequências penais, atingindo o jus puniendi do Estado, e pode ser concedida antes ou depois da instauração do processo.

II - O incidente da execução penal denominado de desvio restará configurado quando houver mudança do curso normal da execução, implicando favorecimento ilegítimo do apenado.

III - A competência jurisdicional para o processo de execução provisória de preso condenado pela Justiça Federal, com trânsito em julgado para a acusação, pendente de recurso apenas da defesa, recolhido em presídio estadual de segurança máxima, será do Juiz Estadual das Execuções Penais em que estiver localizado o estabelecimento penal.

- A) Apenas a proposição I está correta.
- B) Apenas a proposição II está correta.
- C) Todas as proposições estão corretas.
- D) Apenas a proposição III está correta.
- E) Todas as proposições estão incorretas.



**DIREITO CIVIL**

**37. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência ocorrerá preferencialmente na rede especial de ensino, atendendo ao melhor interesse da criança.

II - Segundo a legislação que regula o Sistema Único de Saúde, os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos não poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do referido sistema.

III - A pessoa portadora de deficiência, desde que beneficiária do Regime Geral de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I e III estão corretas.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Todas as proposições estão erradas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

**38. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - Na educação fundamental e média é obrigatória a abordagem sobre a história e cultura afro-brasileira no ensino de História do Brasil.

II - As diversas modalidades de utilização de uma obra literária não gozam de total independência, sobretudo no tocante à remuneração, que há de ser uniforme, ainda que diversas as empresas às quais a respectiva exploração seja concedida.

III - A transferência de recursos, para o financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, apenas será possível em situações emergenciais ou de calamidade pública, exclusivamente na área de saúde.

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Todas as proposições estão erradas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

**39. Analise as proposições abaixo e, após, marque a alternativa correta.**

I - Enquanto exclusivo sujeito passivo dos direitos assegurados ao idoso, cumpre ao Estado garantir-lhe, com absoluta prioridade, a concretização, dentre outros, de seu direito à liberdade.

II - Nos serviços de emergência dos estabelecimentos públicos e privados de atendimento à saúde, as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida terão absoluta prioridade de atendimento.

III - Na promoção de acessibilidade, nos casos de adaptação de bens culturais imóveis e de intervenção para regularização urbanística em áreas de assentamentos subnormais, não será admitida faixa de largura menor que o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.





- C) Todas as proposições estão erradas.
- D) Apenas I e II estão corretas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

**40. Analise as proposições abaixo e, após, marque a alternativa correta.**

I - De acordo com as disposições legais do Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade dos profissionais liberais, em se tratando de vício do serviço, será apurada mediante a verificação de culpa.

II - Enquanto fonte principal de referência estatística, necessita o Governo do registro civil de pessoas naturais como base para decisão de medidas administrativas e de política jurídica, configurando crime a omissão na remessa bimestral dos mapas de nascimento, casamento e óbitos pelo oficial do registro civil ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

III - Além do registro civil, há necessidade de averbação no registro do comércio dos pactos e declarações antenupciais do empresário, dos títulos de doação, herança ou legado de bens gravados com a cláusula de incomunicabilidade ou inalienabilidade.

- A) Apenas I e III estão erradas.
- B) Apenas II e III estão erradas.
- C) Apenas I e II estão erradas.
- D) Todas as proposições estão erradas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

**41. Leia com atenção as proposições abaixo:**

I - A defesa do direito à liberdade de ir e vir concernente a todos os cidadãos, quando apreciado sob o ponto de vista do sujeito idoso, vai além da que se debela pelo remédio do *habeas corpus*.

II - A reclamação formalizada pelo consumidor perante os órgãos ou entidades de defesa do consumidor e a instauração de inquérito civil são causas obstativas da decadência, previstas no Código de Defesa do Consumidor.

III - Poderá ser deferida a adoção a pessoas separadas judicialmente, desde que já detivessem a guarda judicial antes da separação.

IV - O efeito da decisão retroagirá, no caso de adotante falecido no curso do processo e antes da prolação da sentença concessiva da adoção, desde que tenha inequivocamente manifestado sua vontade para o ato.

**A quantidade de proposições corretas é igual a:**

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3
- E) 4

**42. Julgue as asserções abaixo e assinale a alternativa correta:**

I - As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor.

II - Excepcionalmente, deferir-se-á a tutela a estrangeiro, quando se mostrar mais favorável aos interesses da criança ou adolescente;



III - A tutela e a guarda pressupõem, ao menos, a suspensão do poder familiar, sobretudo para resguardar situação peculiar ou de ausência eventual dos pais.

- A) Apenas I e II estão erradas.
- B) Todas as asserções estão erradas.
- C) Apenas I e III estão erradas.
- D) Apenas II e III estão erradas.
- E) Todas as asserções estão corretas.

**43. Leia com atenção as proposições abaixo:**

I - A obrigatoriedade do decreto se inicia trinta dias depois de oficialmente publicado, salvo disposição em contrário.

II - A *analogia juris* consiste na aplicação de uma norma existente, destinada a reger caso semelhante ao previsto.

III - Na vida intra uterina tem o nascituro personalidade jurídica material, no que tange aos direitos personalíssimos, passando a ter personalidade jurídica formal, alcançando os direitos patrimoniais, somente com o nascimento com vida.

IV - Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.

**A quantidade de proposições certas é igual a:**

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3
- E) 4

**44. Em matéria obrigacional, julgue as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.**

I - A possibilidade de exoneração do devedor pelo abandono do direito real, renunciando o direito sobre a coisa, constitui uma das características da obrigação ambulatoria.

II - Na obrigação de dar, consistente em restituir coisa certa, o devedor de boa-fé, embora tenha direito aos frutos percebidos e aos colhidos antecipadamente, não faz jus aos frutos pendentes.

III - Na solidariedade ativa, o julgamento contrário a um dos credores solidários atinge os demais.

IV - Na obrigação disjuntiva, na falta de estipulação em contrário, a escolha caberá ao credor.

- A) apenas uma das afirmações acima está inteiramente correta.
- B) apenas duas das afirmações acima estão inteiramente corretas.
- C) apenas três das afirmações acima estão inteiramente corretas.
- D) Todas as quatro afirmações acima estão inteiramente corretas.
- E) Nenhuma das quatro afirmações acima estão inteiramente corretas.

**45. Julgue as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.**

I - Se a evicção for parcial, mas considerável, ao evicto caberá, cumulativamente, a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIII Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto

II - A transação não aproveita, nem prejudica, senão aos que nela intervieram, salvo se disser respeito a coisa indivisível.

III - Sem anuência de seu autor, não pode o proprietário da obra introduzir modificação no projeto por ele aprovado, ainda que a execução seja confiada a terceiros, que as alterações sejam de pouca importância e que se mantenha a unidade estética da obra projetada.

IV - O gestor de negócio é obrigado a responder até pelo caso fortuito, se fizer operações arriscadas, ainda que o *dominus negotii* costumasse fazê-las.

- A) Apenas uma das afirmações acima está inteiramente correta.
- B) Apenas duas das afirmações acima estão inteiramente corretas.
- C) Apenas três das afirmações acima estão inteiramente corretas.
- D) Todas as quatro afirmações acima estão inteiramente corretas.
- E) Nenhuma das quatro afirmações acima estão inteiramente corretas.

**46. Considere as afirmações abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I - Na linha dos impedimentos por afinidade, não pode haver casamento entre os parentes afins em linha reta, ainda que se extinga o matrimônio, não havendo, porém, tal impedimento, se o relacionamento for proveniente de união estável.

II - Pelo regime da participação final dos aquestos, há para os cônjuges a possibilidade de constituição de um patrimônio particular incomunicável apenas durante o casamento.

III - Sendo negócio jurídico translativo *inter vivos*, a cessão de herança pode ser avençada, ainda que vivo o hereditando.

IV - A aceitação e a renúncia à herança são atos de efeitos imediatos e irrevogáveis.

- A) apenas uma das afirmações acima está inteiramente correta.
- B) apenas duas das afirmações acima estão inteiramente corretas.
- C) apenas três das afirmações acima estão inteiramente corretas.
- D) Todas as quatro afirmações acima estão inteiramente corretas.
- E) Nenhuma das quatro afirmações acima estão inteiramente corretas.

**47. Assinale a alternativa correta quanto às afirmações abaixo:**

I - A doação feita entre os cônjuges na constância do casamento importa em antecipação de herança, vedando-se, porém, quando o regime de bens for o de separação obrigatória ou de comunhão universal, bem como na hipótese em que, independentemente do regime de bens, prejudicar a legítima de herdeiro necessário.

II - Tanto a adoção como a reprodução assistida heteróloga fazem cessar os vínculos jurídico-legais entre a criança e os parentes consanguíneos.

III - Na forma originária de aquisição da posse, que, via de regra, é unilateral, os vícios de que se revestia a coisa não a acompanham, desde que se trate de posse nova.

IV - Independente do momento em que fora feito o testamento, é a sua abertura que determina a lei que o regerá, daí entender-se que um testamento perfeito ao tempo de sua elaboração possa não o ser quando de sua abertura.

- A) Todas as afirmações estão erradas.
- B) Todas as afirmações estão corretas.
- C) Somente III está correta.
- D) Somente II está errada.
- E) Somente I está errada.



**48. São causas de perda da posse da coisa, exceto:**

- A) Tradição e abandono.
- B) Perda e ausência de defesa da posse esbulhada.
- C) Destruição da coisa e constituto possessório.
- D) Posse de outrem e desuso.
- E) Privação da disponibilidade física da coisa e inalienabilidade.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**49. Relativamente a inventário, analise as proposições que se seguem e assinale a alternativa correta:**

I - Os bens da herança vacante são incorporados ao patrimônio dos estados e do Distrito Federal.

II - O juiz poderá ordenar, liminarmente, o sequestro dos bens sujeitos à colação, quando o donatário deixar de cumprir tal obrigação depois de ter sido legalmente intimado a fazê-lo.

III - Antes da declaração da vacância é admissível ao credor reclamar seus direitos, por meio de habilitação, nos próprios autos de arrecadação.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Apenas a III está correta.
- D) Apenas a I está errada.
- E) Todas as proposições estão erradas.

**50. Relativamente à usucapião, analise as proposições que se seguem e assinale a alternativa correta:**

I - A declaração de utilidade pública, seguida de imissão de posse do expropriante, impede que se desenvolva entre particulares ação de usucapião anterior à efetivação da medida expropriatória.

II - A inércia de terceiros interessados, citados por edital como ~~incertos~~ e desconhecidos, não caracteriza a situação de revelia, sendo dispensável a nomeação de curador à lide.

III - Na hipótese de ocorrer o falecimento do dono do imóvel usucapiendo e havendo entre os seus herdeiros menor impúbere ou incapaz, ficará suspenso o prazo da prescrição aquisitiva enquanto durar a incapacidade absoluta do herdeiro.

- A) Apenas II e III estão erradas.
- B) Apenas a I está errada.
- C) Apenas a III está errada.
- D) Todas as proposições estão erradas.
- E) Nenhuma proposição está errada.

**51. No que pertine aos recursos, analise as proposições que se seguem e assinale alternativa correta:**

I - A interposição do recurso especial ou extraordinário não impede a execução provisória do julgado, contudo, se a execução provisória puder causar lesão grave ou de difícil reparação ao recorrente, este poderá ajuizar medida cautelar destinada a dar efeito suspensivo ao recurso excepcional.



II - Nas causas que envolvem estado estrangeiro ou organismo internacional *versus* município ou pessoa residente ou domiciliada no país, decididas por juiz federal, cabe recurso ordinário constitucional perante o Supremo Tribunal Federal, independentemente do tipo da decisão hostilizada e do seu teor.

III - Nos juizados especiais, em nenhuma hipótese, admite-se o recurso adesivo por ser incompatível com os princípios da oralidade, informalidade e celeridade que regem o procedimento sumaríssimo.

IV - A apelação será apreciada nos limites especificados pelo recorrente, contudo a norma permite que o tribunal, reformando a sentença que extinguiu o processo sem exame do mérito, possa avançar na análise do próprio mérito da ação, desde que não haja mais necessidade de dilação probatória e a apelação tenha por fundamento o *error in procedendo*.

- A) Apenas III e IV estão corretas.
- B) Apenas I, II e III estão corretas.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas I é correta.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

**52. Analise as proposições que se seguem e assinale a alternativa correta:**

I - A Fazenda Pública não dispõe de prazo diferenciado para o ajuizamento de ações rescisórias, salvo nos casos relativos aos processos que digam respeito à transferência de terras públicas rurais, em que o prazo é de quatro anos.

II - O relator poderá, monocraticamente, dar provimento ao recurso, desde que a decisão recorrida esteja em desarmonia com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, mas não na hipótese de reexame necessário.

III - Exige-se, para o cabimento da ação rescisória, que tenha havido exceção de impedimento no curso da ação originária.

IV - A norma processual civil confere legitimidade superveniente tanto ao sub-rogado legal quanto ao convencional para promover execução ou nela prosseguir em substituição ao credor, bastando ao sub-rogado demonstrar a existência da sub-rogação.

- A) I, II, III e IV estão erradas.
- B) Apenas I e IV estão corretas.
- C) Apenas III e IV estão erradas.
- D) Apenas I, II e III estão erradas.
- E) I, II, III e IV estão corretas.

**53. Analise as proposições que se seguem e assinale a alternativa correta:**

I - O Ministério Público, que detém legitimidade exclusiva para propor ação rescisória quando a sentença é efeito de colusão das partes visando fraudar a lei, deve observar prazo decadencial que começa a fluir a partir do momento em que tiver ciência da fraude.

II - Não promovida pelo autor ou terceiro, no prazo legal, a execução da sentença condenatória transitada em julgado em ação popular, o Ministério Público, revestido de legitimidade extraordinária autônoma concorrente, promoverá a execução devida no prazo de trinta dias.

III - Tem legitimidade o Ministério Público para promover e acompanhar todas as ações e procedimentos em que se discutem direitos individuais dos idosos, em razão da presunção absoluta de sua hipossuficiência.



- A) Apenas III está errada.
- B) Apenas I e III estão erradas.
- C) Apenas I e II estão erradas.
- D) I, II e III estão corretas.
- E) I, II e III estão erradas.

**54. Dentre as proposições que se seguem, assinale a alternativa correta:**

- I - A exceção de pré-executividade é inadmissível na execução fiscal em razão de a natureza da lide não comportar dilação probatória.
- II - Não obstante as pessoas formais não gozarem de personalidade jurídica, são admitidas a figurar em relações processuais como parte ativa ou passiva.
- III - A não integração do litisconsorte passivo necessário autoriza a intervenção *iussu iudicis*, sob pena de ineficácia da sentença.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) I, II e III estão incorretas.
- C) Apenas I e II estão incorretas.
- D) Apenas II e III estão incorretas.
- E) Apenas I e III estão incorretas.

**55. Considere as proposições abaixo, assinalando, sucessivamente, a alternativa que sobre elas contenha o devido julgamento:**

- I - Não cabe Mandado de Segurança contra ato de administrador de concessionária de serviço público, ainda que o ato impugnado seja relacionado ao serviço essencial prestado pela empresa.
- II - A legitimação para impetrar *habeas data* tanto pode recair na pessoa física como na pessoa jurídica, e o respectivo processamento é isento de custas e despesas processuais, tendo prioridade sobre os demais procedimentos judiciais, exceto *habeas corpus*.
- III - Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente Mandado de Injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição de qualquer órgão, entidade ou autoridade federal da administração direta ou indireta.

- A) Apenas II e III estão incorretas.
- B) Apenas I e III estão incorretas.
- C) I, II e III estão corretas.
- D) I, II e III estão incorretas.
- E) Apenas I e II estão incorretas.

**56. Analise as proposições abaixo, assinalando, na sequência, a alternativa que sobre elas contenha o devido julgamento:**

- I - Na hipótese em que se torna ilícita a finalidade a que visa a fundação, tem legitimidade exclusiva para requerer a sua extinção, por meio de jurisdição voluntária, o Ministério Público.
- II - Quando a iniciativa para a extinção de fundação partir do Ministério Público, será necessária a intervenção, como *custos legis*, de outro membro do *Parquet*, a ser designado pelo Procurador-Geral de Justiça.
- III - Na hipótese em que a fundação estender suas atividades por mais de um estado, através da instalação de filiais, sua fiscalização caberá ao Ministério Público do local em que tiver sido constituída.



- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I e III estão corretas.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) I, II e III estão incorretas.
- E) I, II e III estão corretas.

**57. Sobre antecipação dos efeitos da tutela em ação de improbidade, analise as seguintes assertivas.**

- I . A antecipação recairá sobre os efeitos mandamentais e condenatórios, mas não sobre os desconstitutivos.
- II . O Presidente do Tribunal, em sede de pedido de suspensão, limitar-se-á a avaliar a presença dos riscos previstos em lei, não podendo analisar a juridicidade da decisão antecipatória, o que será objeto de agravo de instrumento.
- III . Em ação de improbidade administrativa, não cabe a concessão de tutela antecipada *inaudita altera pars*.

- A) Apenas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas I é falsa.
- C) Apenas a II é verdadeira.
- D) Apenas I e II são verdadeiras.
- E) I, II e III são falsas.

**58. Acerca de sentença em sede de ação de improbidade administrativa, julgue as proposições abaixo:**

- I - Ao julgar procedente o pedido inicial, deve o magistrado, independentemente de pleito expresso, quando cabível, condenar o réu ao pagamento de honorários periciais e advocatícios.
- II - Deverá a sentença fixar, em observância ao princípio do dispositivo, os juros legais e a correção monetária incidentes sobre o valor do dano causado ao patrimônio público.
- III - A sentença que julga procedente o pedido da ação civil de improbidade está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição.

- A) Apenas I é falsa.
- B) Apenas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas I é verdadeira.
- D) Apenas III é verdadeira.
- E) I, II e III são falsas.

**59. Avalie as proposições seguintes e assinale a alternativa correta:**

- I - Produto de indenização do fundo previsto na Lei de Ação Civil Pública jamais se presta à reparação de lesões individuais diferenciadas.
- II - O Ministério Público promoverá a liquidação da sentença oriunda de ação civil pública ajuizada por associação civil que tenha abandonado ou desistido da liquidação ou da execução, desde que o objeto da ação não seja relacionado a direito individual homogêneo.
- III - Na instrução do inquérito civil público não cabe, em qualquer hipótese, quebra de sigilo de dados telefônicos, porque constitui grave violência ao direito de privacidade e, por conseguinte, prova ilícita.

- A) Apenas I e II são verdadeiras.



- B) Apenas I é verdadeira.
- C) Apenas II é verdadeira.
- D) Apenas I e III são verdadeiras.
- E) I, II e III são verdadeiras.

**60. Analise as alternativas que se seguem:**

I - A legitimação das associações para propor ação civil pública é extraordinária, em se tratando de representação de interesses ou direitos individuais homogêneos de associados e não associados, exigindo-se, para tanto, que o objeto da ação esteja incluído entre suas finalidades.

II . O sistema processual das ações coletivas possibilita também a tutela individual, entre outras hipóteses, pela habilitação dos interessados em fase de execução

III . Os partidos políticos têm legitimidade ativa para a ação civil pública.

- A) Apenas I é falsa.
- B) Apenas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas II é verdadeira.
- D) I, II e III são verdadeiras.
- E) Apenas II e III são verdadeiras.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**61. Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:**

I- Pelo princípio da recepção, a norma tributária anterior tem vigência garantida quando não houver previsão sobre matéria idêntica na nova norma e for com esta materialmente compatível.

II- O fato gerador do tributo, uma vez proveniente de ato ilícito, necessariamente impede a tributação.

III- A contribuição de melhoria, tributo não vinculado, está sujeito ao princípio da anterioridade.

- A) Apenas II e III estão incorretas.
- B) Apenas I e II estão corretas.
- C) Apenas I e III estão incorretas.
- D) I, II e III estão corretas.
- E) I, II e III estão incorretas.

**62. Considerando a limitação do poder de tributar, assinale a alternativa correta:**

I- Apenas para efeito de iniciar o processo legislativo, pode-se instituir ou majorar tributos por meio de medidas provisórias.

II- Em decorrência de inflação, deflação ou outro aspecto que atinja de algum modo o valor do bem, há que se editar lei, periodicamente, para atualizar a base de cálculo do tributo que incida sobre o mesmo.

III- Dentro de uma atuação discricionária, a autoridade administrativa da União pode alterar as alíquotas dos impostos sobre importação de produtos estrangeiros, operações de crédito, propriedade territorial rural e produtos industrializados.

- A) Apenas I está correta.
- B) I, II e III estão corretas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) I, II e III estão erradas.





E) Apenas II e III estão corretas.

**63. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:**

I- Uma vez implementada a condição, ato ou negócio jurídico, produzir-se-á o efeito de gerar a obrigação tributária, independente de ser a condição suspensiva ou resolutiva, salvo os casos de isenção ou imunidade.

II- Em sendo a responsabilidade tributária repassada a terceiro, não pode a lei incluir o contribuinte, sujeito passivo, na condição supletiva de adimplir ou complementar o pagamento do tributo cobrado àquele.

III- A interrupção da prescrição sempre atingirá todos os coobrigados.

- A) Somente II está correta.
- B) Somente II está errada.
- C) Apenas I e II estão erradas.
- D) I, II e III estão corretas.
- E) Apenas I e II estão corretas.

**64. São pessoalmente responsáveis pela obrigação tributária, perante a Fazenda Pública, exceto:**

- A) o cônjuge meeiro.
- B) o locatário, cujo contrato prevê a responsabilidade tributária.
- C) o sucessor a qualquer título.
- D) o adquirente.
- E) o remitente.

**65. Das indicações abaixo, assinale a que não formaliza o crédito tributário:**

- A) Lançamento por ato de ofício a autoridade administrativa.
- B) Lançamento homologatório.
- C) Lançamento homologatório tácito.
- D) Lançamento por declaração.
- E) Lançamento por meio de lei.

**66. Sobre as proposições abaixo assinale a alternativa correta:**

I - O ilícito criminal tributário tem como objeto o ardil ou artifício do agente em atingir o resultado do não recolhimento do tributo, não constituindo crime, portanto, o não recolhimento puro e simples.

II - O ilícito penal tributário está adstrito ao contribuinte ou àquele que por ele se responsabilize, não sendo prevista como conduta típica o ato do funcionário da administração pública que deixa de repassar aos cofres públicos valor tributário por ele recolhido.

III - A exclusão da responsabilidade com o pagamento do tributo, antes do início de qualquer procedimento fiscal referente à infração, impede a punição, quer administrativa, quer criminal.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas II e III estão erradas.
- C) Apenas I e III estão erradas.
- D) Apenas I está errada.
- E) Apenas II está errada.



**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**67. Considere as proposições imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I . Pode a Administração Pública contratar sob normas predominantes do direito privado, atuando em posição ordinária de igualdade com o particular contratado.

II . Ainda que ausente no contrato administrativo cláusula expressa a respeito, a atualização monetária é devida a partir do vencimento da respectiva obrigação.

III . O atraso superior a noventa dias nos pagamentos devidos pelo Poder Público contratante por obrigações já adimplidas pelo particular contratado autoriza este a suspender unilateralmente o cumprimento de suas obrigações sucessivas, até que se normalize a situação, sendo desnecessário trilhar-se a via jurisdicional.

- A) Apenas II e III são erradas.
- B) Apenas I e III são corretas.
- C) Apenas II é correta.
- D) Apenas I é errada.
- E) I, II e III são corretas.

**68. É correto afirmar:**

- A) O sistema de registro de preços é legalmente previsto para o processamento das compras, mas pode ser estendido a obras e a serviços, por meio de previsão em decreto regulamentar.
- B) Segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, lei permitindo que empresas paguem débitos tributários mediante dação em pagamento de bens materiais para a Administração Pública não viola o princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação.
- C) Desclassificado o vencedor do procedimento licitatório, é compulsória a adjudicação do respectivo objeto ao segundo colocado.
- D) A adjudicação do objeto da licitação ao vencedor confere mera expectativa de direito de contratar, mas eventual celebração do negócio jurídico não fica sujeita a juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.
- E) O princípio da adjudicação compulsória não tem o alcance de obstar a que se abra nova licitação enquanto válida a adjudicação anterior.

**69. Considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, analise as proposições imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

I . A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) consiste em serviço público independente, não se sujeitando o seu pessoal administrativo a regime funcional estatutário e tampouco à regra do concurso público.

II . A OAB não integra a Administração Pública Indireta, não ostenta a natureza jurídica de autarquia especial e tampouco se sujeita a qualquer controle ou tutela administrativa.

III . Os conselhos de fiscalização profissional, salvo a OAB, têm personalidade jurídica de direito privado.

- A) Apenas I é errada.
- B) Apenas III é errada.
- C) Apenas II é errada.
- D) Apenas II e III são erradas.



E) I, II e III são corretas.

**70. Analise as proposições imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

- I . A concessão de uso pode recair sobre bem de uso comum do povo.
- II . A concessão especial de direito real de uso de bem imóvel para fim de moradia é modalidade de usucapião que representa exceção temporalmente limitada à regra da imprescritibilidade dos bens públicos.
- III . As terras devolutas, igualmente aos demais bens públicos, são insuscetíveis de qualquer modalidade de usucapião.

- A) Apenas II e III são corretas.
- B) Apenas II é errada.
- C) Apenas I e II são corretas.
- D) Apenas III é correta.
- E) I, II e III são corretas.

**71. Sobre o regime legal das parcerias público-privadas, é correto afirmar, exceto:**

- A) Admite-se, excepcionalmente, delegação do exercício do poder de polícia ao parceiro privado, quando se tratar da concessão administrativa.
- B) Para a contratação de parcerias público-privadas, exige-se licitação na modalidade de concorrência.
- C) A exigência de autorização legislativa específica não se aplica à concessão administrativa.
- D) Estende-se a todos os âmbitos: federal, estadual, distrital e municipal.
- E) A concessão patrocinada admite, como parceiro privado, consórcio de empresas.

**72. É correto afirmar, exceto:**

- A) É vedada a percepção de vencimentos de cargo efetivo ou em comissão com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram as respectivas remunerações forem acumuláveis na atividade.
- B) O tempo de serviço prestado pelo professor do ensino médio, no exercício da função de diretor da escola, assim como de coordenação e assessoramento pedagógico, pode ser computado para a contagem de tempo exclusivo de efetivo exercício nas funções de magistério, para o efeito de aposentadoria especial.
- C) A proibição de acumulação de cargos públicos estende-se a cargos em comissão.
- D) Em regra, é vedada a acumulação de cargo e emprego público entre si, bem como a de dois ou mais empregos públicos.
- E) A vedação de acumulação de cargos públicos se aplica em relação a entes e níveis diversos da Federação entre si.

## DIREITO ELEITORAL

**73. Considere as proposições abaixo, assinalando, em seguida, a alternativa correta:**

- I - As Zonas Eleitorais não são órgãos da Justiça Eleitoral.
- II - Para cada Zona Eleitoral somente pode haver uma Junta Eleitoral.



III - Desde a diplomação, é vedado ao parlamentar contratar com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa do serviço público, ainda que o contrato estabeleça cláusulas uniformes.

- A) Todas as proposições estão erradas.
- B) Todas as proposições estão corretas.
- C) Estão erradas apenas as proposições II e III.
- D) Estão erradas apenas as proposições I e II.
- E) Somente a proposição II está errada.

**74. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que sobre elas contenha o devido julgamento:**

I - De acordo com entendimento pacífico do Tribunal Superior Eleitoral, não se exige do militar da ativa a condição de elegibilidade referente à necessidade de filiação partidária há pelo menos um ano da data das eleições, bastando o pedido de registro de candidatura, após prévia escolha em convenção partidária.

II - A suspensão dos direitos políticos, decorrente de condenação criminal transitada em julgado, cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, desde que o condenado se reabilite ou, em sendo o caso, comprove a reparação dos danos causados pelo ilícito penal.

III - A investigação judicial eleitoral julgada antes da eleição possui os efeitos de inelegibilidade e cassação do registro e, eventualmente, desde que fundamentado na captação ou gastos ilícitos de recursos para fins eleitorais, a negação do diploma.

- A) Todas as assertivas estão corretas.
- B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- C) Todas as assertivas estão erradas.
- D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- E) Apenas a assertiva III está correta.

**75. Considere atentamente as proposições abaixo:**

I - A emancipação civil não supre a idade mínima constitucionalmente exigida como condição de elegibilidade.

II - Se, em uma determinada eleição proporcional, nenhum dos partidos atingir o quociente eleitoral, seguir-se-á o sistema majoritário, devendo o número de cadeiras ser colmatado pelos candidatos mais votados.

III - Na ação declaratória de existência de justa causa, é possível que o partido político formule, em sede de contestação, pretensão de declaração de perda de mandato eletivo.

IV - Têm legitimidade para propor a Ação de Impugnação ao Pedido de Registro de Candidatura o pré-candidato, o eleitor, o partido político, a coligação e o Ministério Público.

V - Classifica-se de inelegibilidade cominada, secundária ou própria a restrição sancionatória aplicada em determinada eleição, em virtude da prática de fato com revestimento de ilicitude eleitoral.

**A quantidade de proposições corretas é igual a:**

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3



E) 4

**76. São incorretas as seguintes asserções, exceto:**

- A) A demonstração da potencialidade lesiva é necessária tanto para a prova do abuso do poder econômico, como para a comprovação da captação ilícita de sufrágio.
- B) É assente no Supremo Tribunal Federal o entendimento de que as sanções de cassação do registro ou do diploma previstas na Lei Federal nº 9.504/97 constituem novas hipóteses de inelegibilidade.
- C) A prova pré-constituída é exigida, tanto para a propositura da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, quanto para o Recurso contra a Diplomação.
- D) Declarada a nulidade de mais da metade dos votos válidos no pleito majoritário, a realização de novas eleições municipais, nos últimos dois anos do quadriênio mandatiário, deve ocorrer na forma indireta, esclarecendo-se que, para a caracterização de tal percentual, dever-se-ão somar aos votos anulados por terem sido atribuídos a candidatos inelegíveis os votos nulos decorrentes de expressa vontade do eleitor.
- E) Durante o período eleitoral, é permitido aos agentes públicos usar serviços custeados pelos Governos e Casas Legislativas, desde que não excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.

**77. Analise as assertivas abaixo, assinalando a alternativa que sobre elas contenha o devido julgamento:**

I - A ação de impugnação ao mandato eletivo tem natureza puramente eleitoral, sendo a diplomação seu requisito jurígeno constitucional, e a posse do candidato eleito, o termo *a quo* de sua propositura.

II - A heterodesincompatibilização é vedada pelo ordenamento jurídico pátrio.

III - É permitido ao Presidente da República, aos Governadores e Prefeitos, no caso de transporte oficial, o uso, em campanha eleitoral, de bens móveis pertencentes à Administração Pública, desde que haja o ressarcimento das despesas pelo partido ou coligação a que estejam vinculados.

- A) Todas as assertivas estão erradas.
- B) Não há assertiva errada.
- C) Apenas a assertiva I está errada.
- D) Apenas a assertiva III está errada.
- E) Apenas as assertivas II e III estão erradas.

**78. Considere as assertivas abaixo, assinalando, em seguida, a alternativa que sobre as mesmas contenha o devido julgamento:**

I - Na hipótese em que não houver realizado campanha, fica desobrigado da prestação de contas à Justiça Eleitoral o candidato que renunciar à candidatura, dela desistir, for substituído ou tiver seu registro indeferido.

II - O militar alistável que contar com mais de dez anos de serviço será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.

III - O valor da multa paga em virtude de condenação por crime eleitoral é recolhido ao Fundo Partidário.

- A) Todas as assertivas são falsas.
- B) Não há assertiva falsa.
- C) Apenas a assertiva II é falsa.



- D) Apenas as assertivas I e II são falsas.  
E) Apenas a assertiva III é falsa.

### MEDICINA LEGAL

**79. A respeito das lesões produzidas por projétil de arma de fogo, considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

- I - A apresentação de aréola equimótica no ferimento de entrada afasta a possibilidade de ter sido o tiro deflagrado a curta distância.  
II - A orla de escoriação ou de contusão é um dos sinais comprovadores de ferimento de entrada nos tiros dados a qualquer distância.  
III - O ferimento de saída terá forma irregular, bordas reviradas para fora, maior sangramento e halo de enxugo, não apresentando orla de escoriação e nem elementos químicos resultantes da decomposição da pólvora.

- A) Apenas a proposição I está correta.  
B) Apenas a proposição III está correta.  
C) Apenas a proposição II está correta.  
D) Todas as proposições estão corretas.  
E) Todas as proposições estão incorretas.

**80. O exame no sulco do pescoço da vítima é de capital valor no diagnóstico do enforcamento, apresentando as características abaixo, exceto:**

- A) Livores cadavéricos, em placas, por cima e por baixo das suas bordas.  
B) Infiltrações hemorrágicas punctiformes no fundo do sulco.  
C) Pele enrugada e escoriada no fundo do sulco.  
D) Ser necessariamente apergaminhado.  
E) Vesículas sanguinolentas no fundo do sulco.

**81. Nos itens abaixo, assinale a alternativa que contém característica não encontrada em feridas produzidas por instrumento cortante:**

- A) presença de golpe de mina.  
B) forma linear.  
C) regularidade das bordas.  
D) centro da ferida mais profundo que as extremidades.  
E) perfil de corte de aspecto bisel, quando o instrumento atua em sentido oblíquo.

**82. Considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

- I - A esganadura é classificada como forma de asfixia mecânica-mista uma vez que se confundem e se superpõem, em graus variados, os fenômenos circulatórios, respiratórios e nervosos.  
II - A falta de uniformidade nas lesões produzidas no sulco do pescoço da vítima é uma das características do estrangulamento.  
III - Nos denominados afogados brancos de Parrot não se encontra fenomenologia imanente às asfixias.

- A) Apenas a proposição I está incorreta.  
B) Apenas a proposição III está incorreta.



- C) Apenas a proposição II está incorreta.
- D) Todas as proposições estão incorretas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

**83. Para se constatar a certeza da morte, urge a observação de fenômenos que surgem no corpo humano, representados por mudanças física, química ou estrutural, de origem natural ou artificial. Assim, considere as proposições abaixo e, em seguida, indique a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

- I - Perda da consciência e cessação da respiração são considerados fenômenos abióticos (avitais) consecutivos.
- II - Rigidez cadavérica e espasmo cadavérico são considerados fenômenos abióticos (avitais) imediatos.
- III - Autólise e putrefação são fenômenos transformativos destrutivos.

- A) Apenas a proposição I está correta.
- B) Apenas a proposição II está correta.
- C) Todas as proposições estão corretas.
- D) Apenas a proposição III está correta.
- E) Todas as proposições estão incorretas.

**84. Não é considerado como fenômeno transformativo conservador do cadáver a:**

- A) Mumificação.
- B) Saponificação.
- C) Calcificação.
- D) Corificação.
- E) Maceração.

#### **DIREITO COMERCIAL (EMPRESARIAL)**

**85. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que contenha a indicação de créditos abrangidos pela recuperação extrajudicial:**

- A) Créditos trabalhistas e decorrentes de acidente de trabalho.
- B) Créditos garantidos com arrendamento mercantil.
- C) Créditos tributários.
- D) Créditos garantidos com alienação fiduciária.
- E) Créditos com garantia real, até o limite do valor do bem gravado.

**86. Sobre a convolação da recuperação judicial em falência, analise as proposições abaixo e, após, marque a alternativa correta:**

- I - Na fase postulatória, o juiz decretará a falência do devedor, por deliberação da assembléia geral de credores.
- II - Na fase postulatória, o juiz decretará a falência se o devedor não apresentar o plano de recuperação no prazo legal.
- III - O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial, quando houver rejeição do plano de recuperação judicial, nos termos previstos em lei.
- IV - Na fase executória, o juiz decretará a falência, quando houver descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.



- A) Apenas I, III e IV estão corretas.
- B) Todas estão corretas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Apenas II e IV estão corretas.
- E) Apenas III e IV estão corretas.

**87. Analise as proposições abaixo e, após, marque a alternativa correta.**

I - Na recuperação judicial, a suspensão das ações e execuções em face do devedor, em nenhuma hipótese, excederá o prazo improrrogável de cento e oitenta dias, contado do deferimento do processamento de recuperação.

II - As sociedades seguradoras, as instituições financeiras, as companhias securitizadoras e as sociedades exploradoras de serviços aéreos são impedidas de impetrar recuperação judicial e extrajudicial.

III - A recuperação judicial de microempresas e empresas de pequeno porte somente atinge os créditos trabalhistas e quirografários, e o seu pedido não acarreta a suspensão do curso da prescrição, nem das ações e execuções por créditos não abrangidos pelo plano.

IV - São efeitos automáticos da condenação por crime falimentar: a inabilitação para o exercício de atividade empresarial; o impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração diretoria ou gerência das sociedades sujeitas a Lei nº 11.101/2005 e a impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio.

- A) Apenas duas das proposições acima estão inteiramente corretas.
- B) Apenas três das proposições acima estão inteiramente corretas.
- C) Todas as quatro proposições acima estão inteiramente corretas.
- D) Apenas uma das proposições acima está inteiramente correta.
- E) Todas as quatro proposições acima estão inteiramente erradas.

**88. Leia com atenção as proposições abaixo:**

I - A sociedade em comum, sucedânea da sociedade de fato, está sujeita à falência, que acarretará, igualmente, a falência de seus respectivos sócios.

II - Na ordem preferencial dos créditos falimentares, aqueles com privilégio especial gozam de preferência sobre os tributários.

III - Na falência, uma das atribuições da assembléia geral de credores é fiscalizar as atividades do administrador judicial.

IV - Não se inclui no crédito habilitado em falência, a multa fiscal simplesmente moratória.

**A quantidade de proposições corretas é igual a:**

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3
- E) 4

**89. Considere as asserções a seguir e assinale a opção correta:**

I - Na cédula de crédito bancário, o protesto é dispensado para garantir direito de regresso contra endossantes, avalistas e terceiros garantidores.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIII Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto

II - A cédula de crédito bancário será transferível mediante endosso em preto, ao qual se aplicarão, no que couberem, as normas do direito cambiário, caso em que o endossatário, mesmo não sendo instituição financeira ou entidade a ela equiparada, poderá exercer todos os direitos por ela conferidos, inclusive, cobrar os juros e demais encargos na forma pactuada na cédula.

III - Independentemente de ter agido com má-fé ou intuito fraudatório, o credor que em ação judicial, cobrar o valor do crédito exequendo em desacordo com o expresso na cédula de crédito bancário, fica obrigado a pagar ao devedor o dobro do cobrado a maior.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas I e III estão corretas.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Todas as asserções estão erradas.
- E) Todas as asserções estão corretas.

**90. Considere as proposições abaixo e assinale a opção correta:**

I - Uma das características da sociedade cooperativa é a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.

II - O sócio admitido em sociedade simples já constituída se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

III - Na sociedade limitada, além de outras atribuições determinadas na lei ou no contrato social, aos membros do conselho fiscal incumbe, conjuntamente, a aprovação das contas da administração.

- A) Apenas II e III estão erradas.
- B) Apenas I e II estão erradas.
- C) Apenas I e III estão erradas.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão erradas.

**LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**91. Sobre as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:**

I - Considerando a sua autonomia financeira, a proposta orçamentária do Ministério Público será por ele elaborada, respeitando-se os limites impostos pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), sendo, em seguida, encaminhada ao Governo do Estado para efeito de sua homologação imediata.

II - Os recursos referentes às dotações orçamentárias do Ministério Público serão repassados pelo Poder Executivo, até o dia 20 (vinte) de cada mês, de acordo com as indicações da Proposta Orçamentária e desde já estabelecendo as vinculações a que corresponderão.

III - Além de dispor dos recursos repassados pelo Estado para sua administração, poderá o Ministério Público gerar recursos próprios, de cuja totalidade, em compensação, disporá 20% ao Tesouro Estadual.

- A) Somente I e III estão corretas.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) Somente II e III estão corretas.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão erradas.



**92. Analise as assertivas abaixo, assinalando a alternativa correta:**

I - Enquanto órgão de execução, cabe ao Colégio de Procuradores regulamentar a eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

II - Havendo vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, durante o mandato, caberá ao Procurador de Justiça mais antigo na categoria, assumir, de imediato, a administração do Ministério Público, pelo período que restar, e providenciando-se, nos últimos 30 (trinta) dias, nova eleição.

III - O Procurador-Geral de Justiça que responder à ação penal por crime inafiançável ficará suspenso de suas funções, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da denúncia.

- A) Apenas I e III são corretas.
- B) Apenas II e III corretas.
- C) Apenas I e II são incorretas.
- D) I, II e III são incorretas
- E) I, II e III são corretas.

**93. São atribuições do Colégio de Procuradores, exceto:**

- A) Aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público.
- B) Deliberar sobre pedidos de reingresso de membros do Ministério Público.
- C) Eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.
- D) Julgar recurso, com efeito suspensivo, contra decisão proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade.
- E) Elaborar o regulamento e as normas do concurso de ingresso na carreira.

**94. Observe as assertivas abaixo e assinale a alternativa adequada:**

I - O Corregedor-Geral do Ministério Público é eleito pelo Colégio de Procuradores de Justiça, para mandato de um ano, permitida uma recondução, submetendo-se a nova eleição.

II - O Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído de suas funções por ato de incontinência pública, porém, com o voto mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça.

III - O Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público, membro eleito conjuntamente com o Procurador Geral de Justiça, substituí-lo-á nas faltas e impedimentos.

- A) Somente I e III estão incorretas.
- B) Somente I e II estão corretas.
- C) Somente II e III estão incorretas.
- D) Todas as assertivas estão erradas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

**95. Sobre as formas de provimento na carreira do Ministério Público, julgue as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:**

I - Ao preenchimento inicial e à promoção por merecimento sempre precederá uma remoção.

II - Para efeito da remoção compulsória, a representação do Procurador-Geral de Justiça dependerá da aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, sempre assegurada a ampla defesa.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIII Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto

III - Ainda que mais antigo, poderá o membro do Ministério Público deixar de ser indicado à promoção por antiguidade, desde que por 2/3 (dois terços) do Colégio de Procuradores de Justiça.

- A) Apenas I e II estão incorretas.
- B) Apenas II está correta.
- C) Apenas I está correta.
- D) Apenas I e III estão corretas.
- E) I, II e III estão corretas.

**96. Sobre as penas disciplinares, cabíveis aos membros do Ministério Público, julgue as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:**

I - Ao membro do Ministério Público não vitalício é aplicada a pena de demissão, enquanto que a pena de disponibilidade é própria do membro efetivo.

II - A pena de suspensão não ultrapassará 120 (cento e vinte) dias.

III - A disponibilidade punitiva tem por consequência a perda da metade dos vencimentos do membro do Ministério Público.

- A) Somente I e II estão corretas.
- B) Somente II e III estão erradas.
- C) Somente I e III estão erradas.
- D) Todas as assertivas estão erradas.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

**97. Julgue as assertivas abaixo e indique a alternativa correta:**

I - Cabe aos Procuradores de Justiça encaminhar relatório, à Corregedoria Geral do Ministério Público, sobre as inspeções permanentes dos serviços dos Promotores de Justiça, nos autos em que oficiem.

II - É de responsabilidade do Procurador Geral de Justiça apresentar proposta, para aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça, sobre a fixação das atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos de Promotores de Justiça que as integram.

III - Cabe ao Coordenador de Promotorias de Justiça a atribuição de nomear os auxiliares administrativos indicados pelo Procurador Geral de Justiça a atuarem na sua área de coordenação.

- A) Apenas II e III são verdadeiras.
- B) Apenas I e II são verdadeiras.
- C) Apenas I e III são verdadeiras.
- D) Todas as assertivas são verdadeiras.
- E) Nenhuma assertiva é verdadeira.

**LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA**

**98. A respeito da Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.**

I - O território do Estado, para administração da Justiça, divide-se em municípios, distritos, comarcas e comarcas integradas.

II - O Tribunal de Justiça, para os efeitos de comunicações de atos processuais e da realização de diligências e de atos probatórios, poderá reunir duas ou mais comarcas, desde que sejam próximas e de fácil comunicação entre as sedes, disciplinada a matéria pelo Tribunal Pleno, através de ato normativo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIII Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto

III - As decisões administrativas do Tribunal de Justiça serão sempre motivadas e, se disciplinares, tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Todas as proposições estão corretas.
- E) Todas as proposições estão erradas.

**99. No que concerne à composição do Tribunal de Justiça da Paraíba, assinale a opção correta.**

- A) O membro do Tribunal Regional Eleitoral poderá concorrer aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral de Justiça.
- B) As Câmaras Cíveis compõem-se de três desembargadores, cada uma, e a Câmara Criminal, de cinco, sendo que apenas três, nesta última, participarão de cada julgamento.
- C) São órgãos do Tribunal de Justiça, exclusivamente: O Tribunal Pleno, as Câmaras Isoladas, o Conselho da Magistratura, a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria da Justiça.
- D) As Câmaras Isoladas são em número de quatro, sendo três cíveis e uma criminal.
- E) O Tribunal de Justiça funcionará como Tribunal Pleno, integrado pela totalidade de seus membros, e deliberará com a presença mínima de sete membros desimpedidos, se, para tanto, maior quorum não for legalmente exigido.

**100. São requisitos essenciais para elevação de Comarca à segunda entrância:**

- I - população mínima de quarenta mil habitantes.
- II - extensão territorial mínima de cem quilômetros quadrados.
- III - mínimo de dez mil eleitores.
- IV - movimento forense anual mínimo de quatrocentos feitos.
- V - receita tributária estadual igual à exigida para criação de município no Estado.

**A quantidade de itens certos é igual a:**

- A) 0
- B) 1
- C) 2
- D) 3
- E) 4



RASCUNHO